



Município da Lourinhã
Divisão Jurídica e Recursos Humanos
Concursos

**CONVITE À APRESENTAÇÃO DE
PROPOSTAS**

(Nos termos do art.º 115º do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01, na sua atual redação)

Procedimento por Consulta Prévia

[Nos termos da alínea c) do nº 1 do art.º 20º e art.º 114.º a 127.º do Código Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação]

**Fornecimento contínuo de material de águas e saneamento por
lotes**

Procedimento com a referência:

2021/300.10.005/09 CPG AQB

CPG/1/2021

Valor base para efeitos do presente procedimento é de 27.675,54Euros

O Presidente da Câmara

(João Duarte Anastácio de Carvalho, Eng.º)

JOÃO DUARTE
ANASTÁCIO
DE CARVALHO

Assinado de forma
digital por JOÃO
DUARTE ANASTÁCIO
DE CARVALHO
Dados: 2021.02.08
12:28:28 Z

ÍNDICE

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	1
OFICIO CONVITE	4
CONVITE	5
Artigo I. Convite:	5
Artigo II. Identificação da Entidade Adjudicante:	5
Artigo III. Órgão que tomou a decisão de contratar:	5
Artigo IV. Fundamento da Escolha de Consulta Prévia:	7
Artigo V. Processo do concurso:	7
Artigo VI. Disponibilização das peças:	8
Artigo VII. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento:	8
Artigo VIII. Prazo para apresentação das Proposta:	9
Artigo IX. Documentos que integram a proposta e modo de apresentação:	10
Artigo X. Idioma dos documentos das propostas:	12
Artigo XI. Propostas variantes:	12
Artigo XII. Proposta / Indicação do preço:	12
Artigo XIII. Prazo da obrigação de manutenção das propostas:	13
Artigo XIV. Valor base:	13
Artigo XV. Critério de adjudicação:	14
Artigo XVI. Análise das Propostas:	14
Artigo XVII. Esclarecimento sobre as propostas:	16
Artigo XVIII. Relatório Preliminar:	17
Artigo XIX. Audiência Prévia:	17



Município da Lourinhã

Câmara Municipal

Fornecimento contínuo de material de águas e saneamento

Artigo XX. Relatório final:.....	17
Artigo XXI. Notificação da decisão de adjudicação:.....	18
Artigo XXII. Modalidade Jurídica do Agrupamento adjudicatário:	19
Artigo XXIII. Documentos de habilitação:	19
Artigo XXIV. Caução:	21
Artigo XXV. Preço anormalmente baixo:	22
Artigo XXVI. Aceitação da minuta do contrato:	22
Artigo XXVII. Celebração do contrato:	22
Artigo XXVIII. Publicitação:	23
Artigo XXIX. Despesas e encargos:	23
Artigo XXX. Identificação do órgão de recurso administrativo:	23
Artigo XXXI. Disposições Finais:	23
ANEXOS	25

OFICIO CONVITE

Exm.ºs Srs.

O Município Lourinhã vem pelo presente convidar V. Ex.^{as} a apresentar proposta para o presente Procedimento de Consulta Prévia, sob o Regime Geral para a celebração de contrato de **Fornecimento contínuo de material de água e saneamento**, o qual deverá obedecer aos termos e condições que a seguir se indicam no Convite.

Informa-se que foram designados pelo órgão competente:

O Gestor no Procedimento de Formação de Contrato é o Técnico Superior da área funcional dos Concursos, **Ricardo Alexandre Rodrigues**, que tem como função o que a lei lhe atribui, nomeadamente, o garante da imparcialidade, a preparação e instrução do processo na formação de ato ou contrato no qual se impõe a necessidade de juntar declaração anexa ao presente processo de que se não encontra abrangido pela previsão do n.º 3 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, e a Assistente Técnica, também da área funcional dos Concursos, **Teresa Leal**, que o substituirá nas suas faltas e impedimentos.

Este ofício convite é acompanhado do convite e do caderno de encargos.

CONVITE

Artigo I. Convite:

1. O presente convite tem por objeto principal o fornecimento contínuo de:

Material de águas e saneamentos, de acordo com as especificidades técnicas definidas no **Anexo A – Especificações Técnicas** do presente Caderno de Encargos.

2. As entidades a convidar:

- **Mendes & Irmãos, S. A.** – NIF 500384436
- **ASC – Artigos Sanitários do Centro, Lda.** – NIF 504189255
- **Eurotubo – Sociedade de Materiais para Construção Civil, Lda.** – NIF 500102481
- **Somefe – Sociedade de Metais e Fundição, Lda.** – NIF 500418802

Artigo II. Identificação da Entidade Adjudicante:

Município da Lourinhã com o NIPC 502177101, sito no Edifício Paços do Concelho, Praça José Máximo da Costa, (CP 2534-850), Lourinhã, telefone 261410120 e fax 261410108, endereço de correio eletrónico: *concursos@cm-lourinha.pt* e sítio da internet: *http://www.cm-lourinha.pt*.

Artigo III. Órgão que tomou a decisão de contratar:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atualizada, a decisão de contratar foi proferida pelo Sr. Presidente de Câmara,

João Duarte de Carvalho, Eng.º, considerando as competências próprias ao abrigo das alíneas g) e f) n.º 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, na sua redação atualizada e em vigor por força da Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

2. A decisão de contratar foi proferida na data da assinatura eletrónica qualificada aposta no presente convite.
3. O concurso é conduzido por um Júri, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, designado pelo órgão competente acima referido, no qual se impõe a necessidade de juntar declaração de inexistência de conflitos de interesses anexa ao presente processo, a que se refere o n.º 5 do mesmo artigo.

➤ **Constituição do Júri do Procedimento:**

Vogais Efetivos:

Presidente – Gonçalo Conceição

1º - Cecilia Viana

2º - Luis Sousa

Vogais Suplentes:

1º - Cristina Martins

2º - Sónia Silva

Artigo IV. Fundamento da Escolha de Consulta Prévia:

Decorrente do funcionamento do Armazém do Parque de Máquinas e Oficinas da Autarquia, e face à previsão de consumo de materiais de água e saneamento para o ano 2021 e com o propósito de reduzir a quantidade de requisições emitidas diariamente, bem como diminuir o tempo de espera por parte dos serviços requisitantes, considera-se necessário encetar os procedimentos conducentes à abertura de um procedimento para fornecimento contínuo de material para a gestão de stock do Armazém do Parque de Máquinas.

Face ao exposto e atendendo ao valor base do procedimento, considera-se a Consulta Prévia Geral, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20º do CCP, o procedimento mais ajustado, o que resulta num convite a **4** entidades, garantindo assim os princípios de transparência e igualdade concorrencial consagrados no Código da Contratação Pública.

Artigo V. Processo do concurso:

1. O processo do concurso é constituído pelas seguintes peças procedimentais: convite e caderno de encargos e anexos que deles façam parte.
2. O processo pode ser consultado no Setor de Concursos, da Divisão Jurídica e Recursos Humanos - DJRH, na morada indicada no **artigo II** do convite, durante as horas de expediente, das 9h00m às 12h30m e das 14h00m às 17h30m, desde a data de envio do convite até ao termo do prazo para apresentação das propostas.

Artigo VI. Disponibilização das peças:

1. Poderá ser feito download gratuito das peças do procedimento na Plataforma Eletrónica de Contratação para o Sector Público, AcinGov, com endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> **(anexo V)**.
2. Todas as comunicações e notificações entre a entidade adjudicante e o convidado, na fase de formação do contrato, serão efetuadas, pela mesma via eletrónica de dados identificada no número anterior, nos termos do disposto nos arts. 467.º a 469.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo VII. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento:

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da responsabilidade do Júri do procedimento nomeado para efeitos deste concurso, no âmbito das competências definidas no artigo 69.º do CCP, conjugado com o artigo 50º do mesmo diploma, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimentos através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt> **(anexo V)** até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere a alínea anterior serão prestados, pela mesma via, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas e notificados a todos os interessados que adquiriram as peças do procedimento, sendo igualmente disponibilizados em <http://www.acingov.pt>.
3. Qualquer retificação ou alteração das peças do procedimento são da competência do Órgão competente para a decisão de contratar.
4. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

5. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo previsto no n.º 2 do presente artigo, o prazo fixado para apresentação de propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.
6. A decisão de prorrogação do prazo cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados.

Artigo VIII. Prazo para apresentação das Proposta:

1. O prazo para apresentação da proposta é de 9 (nove) **dias** seguidos a contar do dia imediatamente seguinte à data do convite e deverá ser apresentada, através da plataforma eletrónica, a uso por este Município, com o endereço na internet <http://www.acingov.pt>, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 62.º do CCP.
2. A entidade convidada deverá prever o tempo necessário para a inserção da proposta e documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no número anterior.
3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. A proposta deve ser apresentada até às **23h59m do 9.º dia** a contar da data do envio do convite, através de plataforma eletrónica a uso por este Município com o endereço na internet <http://www.acingov.pt>.
5. Quando as retificações implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, a data limite fixada no n.º 1 deve igualmente ser prorrogada no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações;

6. A pedido, fundamentado, de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita todos os interessados.
7. As decisões de prorrogação nos termos do disposto no número anterior serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões na plataforma eletrónica utilizada.

Artigo IX. Documentos que integram a proposta e modo de apresentação:

1. Na proposta o convidado manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo. Deste modo, deverá o convidado apresentar os seguintes documentos:
 - a) Documento referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, e que constitui o **Anexo I** ao presente convite e que deverá estar de acordo com os n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo;
 - b) Documento com indicação do **Prazo e Preço Total**, apresentado nos termos do **Anexo II**;
 - c) Lista de preços unitários de todos os equipamentos, e que deverá cumprir o disposto no artigo 60.º do CCP e o artigo **XV** deste convite;
 - d) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo **Caderno de Encargos - Cláusulas Jurídicas e Cláusulas Técnicas e seus anexos**, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;

-
- e) Certidão de teor do pacto social da empresa onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente atualizada, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt), ou documento equivalente.
2. Todos os documentos que instruem a proposta devem, **de forma individual**, ser **assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura digital qualificada**, emitida por uma entidade Certificada pela Autoridade Nacional de Segurança, de acordo com o disposto nos n.ºs 2 a 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto e n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, pelo concorrente ou seu representante que tenha poderes para o obrigar.
- a) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial, indicando o poder de representação e assinatura do assinante;
 - b) Os documentos exigidos nos artigos anteriores, deverão ser apresentados em ficheiros no formato PDF e os seus títulos deverão conter o mínimo possível de caracteres;
 - c) Os documentos que sejam apresentados através de uma pasta zipada (tipo ZIP ou RAR) devem estar assinados, **individualmente**, com assinatura eletrónica qualificada;
 - d) Caso algum dos documentos da proposta não se encontre assinado nos termos do disposto nos pontos anteriores, a proposta será excluída.
-

Artigo X. Idioma dos documentos das propostas:

Não são admitidos documentos em língua estrangeira a não ser que estejam acompanhados de tradução legalizada.

Artigo XI. Propostas variantes:

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. Entende-se como propostas variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos no caderno de encargos.
3. Cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.

Artigo XII. Proposta / Indicação do preço:

1. Na proposta o concorrente deverá indicar os seguintes elementos:
 - a) Preço total e preço unitário.
 2. Os preços constantes das propostas são indicados em algarismos, não incluindo o IVA.
 3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
 4. Se na proposta forem indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
-

-
5. As propostas não serão objeto de negociação.
 6. As propostas não serão objeto de leilão.

Artigo XIII. Prazo da obrigação de manutenção das propostas:

Os convidados/interessados são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de **66 dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo XIV. Valor base:

O valor Base para efeitos do presente procedimento é de **27.675,54€** (vinte e sete mil seiscentos e setenta e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo o valor repartido da seguinte forma (**em 3 lotes**):

- **(lote 1)** Tubagem em PVC, com o valor base de **6.738,90€** (seis mil setecentos e trinta e oito euros e noventa cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- **(Lote 2)** Válvulas e acessórios, com o valor base de **10.763,39€** (dez mil setecentos e sessenta e três euros e trinta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- **(lote 3)** Materiais em ferro fundido, com o valor base de **10.173,25€** (dez mil cento e setenta e três euros e vinte e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Cada concorrente pode apresentar proposta para um ou mais lotes, mas sempre para a totalidade do lote ou lotes, não poderá nunca apresentar proposta a parte do lote ou lotes.

Artigo XV. Critério de adjudicação e desempate:

1. A adjudicação é feita à proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante determinada pela modalidade prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 74 do CCP: **Avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar**, para cada lote, na medida em que as peças do procedimento definem todos os restantes elementos da execução do contrato a celebrar, com exceção do preço.
2. No caso de a proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, constar mais do que uma proposta, para desempate, os concorrentes deverão apresentar sob declaração de honra um prazo de tempo para a recolha e substituição do material que se encontre danificado ou não conforme e assim será escolhida a que apresentar menor tempo, no caso de continuar a existir empate, será efetuado um sorteio presencial, a promover pelo Júri, na presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão notificados via plataforma eletrónica, para o sorteio com uma antecedência mínima de dois dias. No final o Júri elaborará a respetiva ata que documentará os trabalhos realizados na dita sessão e os resultados do sorteio, ficando esta apenas ao processo de contratação pública e que será divulgada a todos os concorrentes.

Artigo XVI. Análise das Propostas:

1. O júri do concurso analisa as propostas para efeitos de adjudicação tendo em consideração o critério de adjudicação referido no artigo anterior.

-
2. A análise das propostas é efetuada com base nos documentos que constituem a proposta.
 3. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
 4. As deliberações do júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores internos ou externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.
 5. A proposta não será objeto de leilão eletrónico.
 6. **São excluídas as propostas** cuja análise revele:
 - a) Que não apresentem os documentos indicados no artigo IX do presente convite;
 - b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos a concorrência, sem prejuízo do disposto nas especificações técnicas;
 - c) Impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d) Que a soma dos preços finais dos bens seja superior ao parâmetro base máximo definido na Cláusula 12.^a do caderno de encargos;
 - e) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - f) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.

Artigo XVII. Esclarecimento sobre as propostas:

1. O concorrente obriga-se a prestar, em relação à sua proposta e a toda a documentação que a instrua, os esclarecimentos que o júri considere necessários à avaliação da mesma.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri solicitará aos concorrentes, para que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, nomeadamente a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O júri procederá à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Todos os esclarecimentos prestados serão publicitados na plataforma eletrónica, AcinGov, utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes serem imediatamente notificados desse facto.

Artigo XVIII. Relatório Preliminar:

1. O júri, após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, elaborará fundamentadamente um relatório preliminar, propondo a ordenação das referidas propostas.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor a exclusão dos concorrentes relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude os artigos 70.º e 122.º do CCP.

Artigo XIX. Audiência Prévia:

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 3 dias úteis, nos termos do n.º 1 do artigo 123.º do CCP.

Artigo XX. Relatório final:

Terminada a audiência prévia, o júri elaborará um relatório final fundamentado, de acordo com o definido no CCP. O referido relatório, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo XXI. Notificação da decisão de adjudicação:

1. Notificação da Escolha do Adjudicatário

1.1 O órgão competente para a decisão de contratar notificará todos os concorrentes da decisão de adjudicação, acompanhado do relatório final de análise das propostas ou da decisão de não adjudicação e respetivos fundamentos;

1.2 Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto do **artigo XXVIII** do presente convite;
- b) Prestar caução, se esta for devida, nos termos do disposto no art.º 88.º a 91.º do CCP, indicando expressamente o seu valor;
- c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

2. Anulação da Adjudicação

A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário, não entregue a documentação (Documentos de Habilitação) que lhe seja exigida.

3. Causas de Não Adjudicação

Não há lugar à adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;

- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;
- e) A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

Artigo XXII. Modalidade Jurídica do Agrupamento adjudicatário:

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo.

Artigo XXIII. Documentos de Habilitação:

1. O adjudicatário deve apresentar, no **prazo de 5 dias úteis** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online¹, de que se encontra nas seguintes situações:
 - a) Situação regularizada relativamente a **contribuições para a segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;

¹ Declaração de consentimento para consulta *on-line*, nos termos do Decreto-Lei nº 114/2007, de 19 de Abril

- b) Situação regularizada relativamente a **impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
- d) **Declaração** prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do **anexo III** do presente convite (declaração de não impedimento);
- e) Declaração a que se refere o n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado em anexo ao Decreto-Lei 4/2015, de 7 de janeiro, conforme modelo constante do **anexo IV** do presente convite.

2. Para efeitos da outorga do contrato deverá, ainda, indicar os seguintes

dados ou reprodução: (se optar por esta ultima, o envio das cópias dos documento de identificação, pressupõe a autorização expressa do (s) visado (s), terão de ser assinadas e datadas nas cópias, referindo o fim a que as mesmas se destinam, Portaria n.º 287/2017, que concretiza alterações à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro)

- a) Numero de identificação do Cartão de Cidadão ou do Bilhete de Identidade e sua validade e Número de Contribuinte da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato;
- b) Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva;
- c) Ata ou Procuração com poderes para o ato, caso se aplique;
- d) Certidão de teor do pacto social da empresa onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente

atualizada, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt).

3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um **prazo adicional de 2 dias úteis**, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.

4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cujos dados e/ou reprodução tenham sido apresentados em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

5. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

6. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

7. Os documentos de habilitação serão apresentados de modo idêntico ao da apresentação da proposta.

Artigo XXIV. Caução:

Não é exigível a prestação de caução nos termos do n.º 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua actual redacção.

Artigo XXV. Preço anormalmente baixo:

A entidade adjudicante não definiu, as situações em que o preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

Artigo XXVI. Aceitação da minuta do contrato:

1. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatario quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias subsequentes á respetiva notificação, nos termos do artigo 101.º do CCP.
2. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou a recusa dos ajustamentos propostos.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatario não fazem parte integrante do contrato.

Artigo XXVII. Celebração do contrato:

1. Do presente procedimento será celebrado contrato escrito, nos termos do artigo 103.º do CCP, em suporte digital e a outorga do contrato é realizada eletronicamente na plataforma eletrónica AcinGov.

Artigo XXVIII. Publicitação:

O contrato está sujeito a publicitação no portal dos contratos publicos, na morada eletrónica, www.base.gov.pt.

Artigo XXIX. Despesas e encargos:

São encargos dos concorrentes, as despesas inerentes ao procedimento, em particular, as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo XXX. Identificação do órgão de recurso administrativo:

O órgão de recurso administrativo das deliberações do júri é a entidade que proferiu a decisão de contratar, indicada no **artigo III** do presente convite.

Artigo XXXI. Disposições Finais:

1. Assunção de compromisso

A adjudicação está dependente da verificação da conformidade legal da despesa, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, e legislação conexa, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas e demais normas exigidas por lei.



Município da Lourinhã

Câmara Municipal

Fornecimento contínuo de material de águas e saneamento

2. Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação e demais legislação aplicável.

ANEXOS

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

ANEXO II – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo IX do Convite]

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE

[Declaração a que se refere o n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado em anexo ao Decreto-Lei 4/2015, de 7 de janeiro]

ANEXO V – PLATAFORMA ACINGOV

Disponibilização e acesso ao procedimento na Plataforma AcinGov.
<http://www.acingov.pt>

Todos os anexos estarão disponíveis em ficheiro Microsoft Word
